



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
15 DE DEZEMBRO DE 2015

N.º 26/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ANTES DA ORDEM DO DIA

	Pág.
1 – Intervenção das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia.....	4
2 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado	4
3 – Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal	5

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2015...	5
--	---

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

2 – Prestação de Serviços – Assessoria Técnica com Fornecimento de Fertilizantes e Fitossanitários para o Relvado do Estádio Municipal – Emissão de Parecer Prévio.....	7
3 – Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Referência vortalGOV: 12/15-DAFRH – Relatório Final.....	9
4 – Aquisição de Serviço de Seguros do Município de Santa Marta – Aprovação da Minuta do Contrato.....	13

Serviços de Tesouraria

5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 27 de novembro a 10 de dezembro de 2015.....	16
--	----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

6 – Escola Básica de Santa Marta de Penaguião – Revisão de Preços Definitiva.....	17
---	----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Cultura

7 – Agrupamento 687 de Fontes do Corpo Nacional de Escuteiros – Atribuição de Subsídio.	18
8 – Grupo Cultural “Os Medroenses” – Pedido de Participação Financeira.....	19



Serviços do Desporto

9 – Criação de Clube de Competição de Natação – Protocolo de Colaboração.....	20
10 – II Edição do KM VERTICAL – Atribuição de Prémios.....	21

Serviços de Ação Social

11 – A UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares Solidariedade Social de Vila Real.....	22
12 – Contratos Inclusivos com a Associação 2000.....	23
13 – Grupo de Jovens de São João de Lobrigos RS (Raios de Sol) – Pedido de Comparticipação Financeira.....	23
14 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira.....	24
15 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Cumieira – Atribuição de Comparticipação Financeira	25



ANTES DA ORDEM DO DIA

----- 1 – As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, disseram o seguinte: -----

----- “As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, no período “Antes da Ordem do Dia” usaram a palavra para dirigir os parabéns ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara pela atividade “Almoço de Natal Sénior”, que decorreu no dia 12 de dezembro do corrente. Agradeceram ainda o convite efetuado pelo Executivo às Senhoras Vereadoras e aos seus familiares diretos e apresentaram os votos de “Bom Natal” ao Senhor Presidente da Câmara, à Senhora Vice-Presidente e ao Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, bem como a todos os Funcionários do Município, seus familiares e amigos.” -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu o reconhecimento por parte das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, pela realização da atividade do “Almoço de Natal Sénior”, referindo, ainda, que de facto decorreu de uma forma extraordinária tendo contribuído para esse sucesso, todos os envolvidos, designadamente os trabalhadores do Município, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os Senhores Párocos do Concelho e o restaurante que serviu o almoço. -

----- Aproveitando, para também, em seu nome e no dos Senhores Vereadores Dr.ª Sílvia Fonseca Silva e José Manuel Moreira Lopes, retribuir às Senhoras Vereadoras do PPD/PSD os votos de “Boas Festas” e de um Bom Ano Novo. -----

----- 2 – O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, informou o Executivo Municipal, do seguinte: -----

----- 2.1 – Na passada semana foi publicado o Índice de Transparência Municipal (ITM) que mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus websites, o qual é composto por indicadores agrupados em sete dimensões, tendo o Município ficado posicionado no 42.º lugar do ranking a nível nacional esubido 181 lugares naquele índice, relativamente ao ano anterior, sendo que quanto à dimensão que mede a transparência Económico-Financeira o Município atingiu 100 %. -----

----- 2.2 – O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, informou, ainda, que o Executivo Municipal de Santa Marta de Penaguião de uma forma original, inédita e



diferencial está a desejar as boas festas aos seus munícipes, entregando os tradicionais postais de Natal, um a um, pessoalmente aproveitando para ouvir e visitar a população. -----

---- Referiu que os Penaguienses estão a receber de forma entusiástica e surpreendida as boas festas municipais mostrando-se igualmente comovidos e alegres com a visita do presidente da Câmara Municipal. -----

Realização de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal

---- 3 – O Senhor Presidente da Câmara Municipal, propôs aos restantes membros do Executivo a realização de uma reunião extraordinária para o próximo dia 23 de dezembro, pelas 10:00 horas, com dispensa das formalidades constantes do n.º 2 do artigo 41.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2015

---- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de novembro de 2015: -----

---- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

---- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2015. -----

---- Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

---- Ponto 1.3 - O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma proposta de condenação e pesar pelos atentados em Paris. -----

---- Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

---- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 15 de dezembro de 2015



- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----
- Deliberação: Tomado Conhecimento. -----
- Ponto 2.2 – Nomeação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a comissão municipal de proteção civil. -----
- Deliberação: Foi eleito o Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, Senhor Fernando Borges Moreira. -----
- Ponto 2.3 – Nomeação de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a comissão municipal de defesa da floresta. -----
- *Deliberação: Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Medrões, Senhor José Paulo Barreira da Mota.* -----
- Ponto 2.4 – Nomeação de um autarca de freguesia para integrar o conselho cinegético municipal. -----
- Deliberação: Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Sever, Senhor António Júlio da Costa Almeida. -----
- Ponto 2.5 – Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2015. -----
- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----
- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a autorização de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções por tempo indeterminado de cinco trabalhadores, para ocupação dos correspondentes postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza/vias municipais), com recurso à lista de reserva de recrutamento. -----
- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----
- Ponto 2.7 – Deliberar sobre a autorização de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, de dois trabalhadores, para ocupação dos correspondentes postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa), com recurso à lista de reserva de recrutamento interna. -----
- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----
- Ponto 2.8 – Deliberar sobre a Fixação da Participação Variável no IRS/2016. -----
- Deliberação: Aprovado, por unanimidade, *fixar a taxa de participação no IRS/2016 em 2%.* --



----- Ponto 2.9 - Deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias – Comparticipação Financeira em Investimentos e no Programa Ocupacional e Aprovação das Minutas dos Contratos Interadministrativos. -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.10 – Deliberar sobre a aprovação do Mapa de Pessoal para 2016. -----

----- Deliberação: Aprovado, por maioria. -----

----- Ponto 2.11 – Deliberar sobre a aprovação dos documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2016. -----

----- Deliberação: Aprovado, por maioria. -----

----- Ponto 2.12 - Deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias - Comparticipação Financeira à Freguesia da Cumieira e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo. -----

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Prestação de Serviços – Assessoria Técnica com Fornecimento de
Fertilizantes e Fitossanitários para o Relvado do Estádio Municipal
– Emissão de Parecer Prévio**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Como é apanágio deste Município, a oferta das melhores condições para a prática de desporto aos seus munícipes tende a ser da melhor qualidade possível. -----

----- Nesse sentido, com o objetivo de manutenção do relvado do Estádio Municipal para que o mesmo possa ser utilizado nas melhores condições para a prática desportiva, o Município pretende contratar o serviço de assessoria técnica com fornecimento de fertilizantes e fitossanitários para o relvado do Estádio Municipal. -----



----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de **assessoria técnica com fornecimento de fertilizantes e fitossanitários para o relvado do Estádio Municipal**, pelo prazo de 12 meses; -----



----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista na rubrica orçamental 2.5.2. 02. 02.01.25 inscrita no n.º 2014/A/97 – Pj/Ac n.º 09/15 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **assessoria técnica com fornecimento de fertilizantes e fitossanitários para o relvado do Estádio Municipal**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de Assessoria Técnica com Fornecimento de Fertilizantes e Fitossanitários para o Relvado do Estádio Municipal.** -----

Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Referência vortalGOV: 12/15-DAFRH – Relatório Final

----- 3 – Presente à reunião o Relatório Final do Concurso publico para Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Referência vortalGOV: 12/15-DAFRH, com o seguinte teor: -----



----- “Ao segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze pelas dez horas e em cumprimento do disposto no art.º 69º do Código dos Contratos Públicos, reuniu o Júri do Procedimento designado para o presente concurso, formado pelo Técnico Superior Emanuel Rodrigues Costa, pela Coordenadora Técnica Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira e pela Técnica Superior Maria Adelaide Rodrigues Vaz Machado Sanfins, afim de elaborar o Relatório Final nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP. -----

----- Decorrido o período da Audiência Prévia nos termos do disposto no artigo 147.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 123.º, verificou-se a existência de uma reclamação da firma Açoreana Seguros, S.A, na qual propõe a exclusão da firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. ---

----- A reclamação supracitada pretende evidenciar que a proposta da Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. é uma proposta variante, argumentando o seguinte: -----

- 1) Na resposta dada ao pretendido no artigo 22.º do Caderno de Encargos (CE) “... *não apresenta quais as coberturas incluídas, apenas apresenta quadro com os dados dos veículos...*”; -----
- 2) Relativamente ao artigo 23.º do CE, “... *Ramo de Acidentes Pessoais – Ocupantes, não apresenta cobertura de ocupantes para o veículo JCB (33-OT-74) constante no anexo I do caderno de encargos, contrariando o caderno de encargos*”; -----
- 3) Ainda no que concerne ao artigo 23.º do CE, “... *sobre a inclusão da cobertura de todos os ocupantes para as viaturas 77-17-UJ, 87-65-BU, 82-HZ-40, 15-JP-86 e 92-FP-35, a proposta da AXA Portugal – Companhia de Seguros, SA não contempla esta cobertura...*”, argumentando que “... *o prémio total anual para a cobertura de ocupantes é de 123,05 € (correspondendo à soma dos valores constantes no quadro, excepto dos veículos anteriormente referidos em que não são apresentados valores)*”; -----
- 4) A proposta da firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. é incongruente relativamente aos valores da sua proposta, uma vez que apresenta na “... *página 27, um prémio total de 47.539,94 €...*” e que fazendo uma análise à proposta, fazendo a soma dos prémios totais por ramo, se verifica um valor de 47.662,99 €. -----

----- No que concerne ao **primeiro ponto** da reclamação supracitada o n.º 2 do artigo 22.º do CE diz que “*as propostas deverão ser apresentadas com prémio total por veículo*”, pelo que os valores dados por viatura incluem as coberturas previstas no n.º 1 do deste artigo. -----

----- A firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. declara ainda no anexo I, que se obriga



a executar o contrato de acordo com o mencionado no Caderno de Encargos, sublinhando que aceita sem reservas todas as suas cláusulas. -----

----- No que toca ao **segundo ponto** é de salientar que no texto que acompanhou a resposta prestada no dia 19/11/2015 pelo júri às questões colocadas no período de Esclarecimentos sobre os documentos do concurso, foi esclarecido que o ponto 2 do artigo 23.º do CE passaria a ter a seguinte redação: *“São excecionados do referido no n.º anterior a máquina marca JCB 3CX4 com a matrícula 33-OT-74 constante do Anexo I e as Máquinas constantes do Anexo II, para as quais se pretende cotação de seguro apenas para o condutor”*. -----

----- Relativamente às restantes questões e de modo a retirar todas as dúvidas sobre a proposta apresentada pela firma em questão, o Júri decidiu pedir esclarecimentos sobre a mesma. -----

----- Para dar resposta ao perguntado no **terceiro ponto** a firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. foi questionada *“relativamente ao seguro de ocupantes (artigo 23.º do Caderno de Encargos) das viaturas 24-CB-29, 33-OT-74, XE-25-65, 77-17-UJ, 87-65-BU, 92-FP-35, 82-HZ-40 e 15-JP-86...”* e sobre os capitais para a morte e invalidez permanente e para despesas de tratamento, repatriamento e funeral. -----

----- A referida companhia de seguros esclareceu que o capital para a morte e invalidez permanente é de 5.000,00 € e 500,00 € para despesas de tratamento, repatriamento e funeral. --

----- Ainda quanto ao pedido no **terceiro ponto**, a mesma companhia de seguros esclareceu que em relação às viaturas *“são considerados ocupantes todas as pessoas transportadas nas viaturas”* e que *“garante todas as pessoas transportadas”*. -----

----- Em esclarecimento ao **quarto ponto** a firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. esclareceu que *“relativamente ao valor global da proposta, a diferença dos 123,05 € diz respeito ao valor dos Ocupantes, pelo facto de no Artº 23 do CE ser solicitada uma cotação, levando a que este valor fosse considerado à parte do concurso”*, ou seja, os 123,05 € estão incluídos no prémio total anual do ramo automóvel. -----

----- Em **conclusão**, verifica-se que a firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. apresenta valores para todas as coberturas pretendidas e obriga-se a executar o contrato de acordo com o mencionado no Caderno de Encargos. -----

----- Verifica-se que o seguro de ocupantes cobre todas as pessoas transportadas nos veículos e que o capital para a morte e invalidez permanente é de 5.000,00 € e 500,00 € para despesas de tratamento, repatriamento e funeral. -----



----- Verifica-se ainda que relativamente ao valor de 123,05 €, o mesmo diz respeito ao prémio dos Ocupantes e que o mesmo está incluído no prémio total anual do ramo automóvel, pelo que não há incongruências nos valores apresentados pela firma Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A. -----

----- Pelo que o Júri deliberou não dar provimento à reclamação da firma Açoreana Seguros, S.A, propondo ainda que a adjudicação seja atribuída à firma **Axa Portugal - Companhia de Seguros, S.A.** pelo valor de **47.539,94 €/ano**, isento de IVA. -----

----- Este documento é assinado eletronicamente pelo júri do procedimento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Portaria 701-G/2008, de 29 de Julho.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por maioria, o Relatório Final à prestação de serviços de seguros do Município de Santa Marta de Penaguião, com os votos contra das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, que apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- *“As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, relativamente ao ponto três da “Ordem do Dia”, Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Referência vortalGOV:12/15-DAFRH- Relatório Final, deliberaram votar contra, uma vez que aquando da discussão do documento “Programa de Procedimento”, relativo à Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Seguros, especificamente no artigo 4ª, “Critério de Adjudicação”, reconheceram e informaram em discussão e por declaração de voto, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em reunião de 03 de novembro do corrente, que não consideravam estar garantido o superior interesse do Município. Além disso, informaram ainda que continuam a aguardar o envio do Regulamento deste Concurso, para esclarecimento de alguns aspetos questionados pelas Vereadoras na referida reunião, tal como ficou acordado com o Exmo. Senhor Presidente. Nesse sentido, uma vez que não foi prestada qualquer informação adicional relativamente aos aspetos em análise, as Vereadoras do PSD informaram que não podem*



assumir quaisquer responsabilidades relativamente aos procedimentos e decisão dos Serviços relativos à “Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião”. -----

Aquisição de Serviço de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Referência vortalGOV: 12/15-DAFRH
– Aprovação da Minuta do Contrato

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a firma adjudicatária para **Aquisição de Serviço de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião**, apresentou os documentos de habilitação previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 81º do referido Código; -----

----- Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato a celebrar é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar; ----

----- Assim, submete-se à consideração de V. Ex.^a a presente informação, tendo como objetivo: --

- a) Que na próxima reunião do Executivo Municipal, seja aprovada a minuta do contrato a celebrar, a qual se anexa à presente informação, nos termos do n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----
- b) Que, caso a referida minuta venha a merecer aprovação, seja notificada a firma adjudicatária do teor integral da mesma, adoptando-se os demais formalismos designadamente os previstos nos artigos 100º a 106º do Código dos Contratos Públicos.” -----



MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE SEGUROS

Nº /2015

----- Aos ----- dias do mês de Dezembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Santa Marta de Penaguião, Edifício dos Paços do Município e Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, compareceram comigo, Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, na qualidade de Oficial Público da mesma Câmara, a fim de reduzir a escrito o presente contrato, os seguintes outorgantes: -----

----- PRIMEIRO: - **LUIS REGUENGO MACHADO**, residente na freguesia de Medrões, deste Concelho, que outorga neste contrato na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, no uso dos poderes concedidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e em representação do **MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**, com o cartão de pessoa coletiva n.º 506829138, nos termos do n.º 1 do artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- SEGUNDO: - _____, portador do cartão de cidadão nº _____, válido até ____ de _____ de 20____, residente _____ que outorga neste contrato na qualidade de _____ da firma **AXA PORTUGAL, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, com o número de identificação fiscal 503454109, com sede na Rua Gonçalo Sampaio, número 39 no Porto, com o capital social de trinta e seis milhões seiscientos e setenta mil oitocentos e cinco euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto – primeira secção, sob o número 503454109, com poderes conferidos para o ato como se prova _____ que junto ao presente processo.-----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante, por ser do meu conhecimento pessoal e a do segundo pelo documento de identificação. -----

----- E pelo primeiro outorgante foi dito: - Que por seu despacho de dez de Dezembro de dois mil e quinze proferido ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, foi adjudicado ao segundo outorgante a “**AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE SEGUROS**”, em conformidade com a proposta apresentada e documentos apensos à mesma, que depois de devidamente rubricados pelos outorgantes e por mim, ficam a fazer parte integrante deste contrato, que o dão como celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato pelo valor de **quarenta e sete quinhentos e trinta e nove euros e noventa e quatro cêntimos (47.539,94€)**,

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 15 de dezembro de 2015



acrescido de IVA à taxa legal em vigor (isento de IVA), com o número de compromisso 2015/____
datado de 2015.12.____. -----

----- 1ª- O Município de Santa Marta de Penaguião, como primeiro outorgante e a **Axa Portugal – Companhia de Seguros, S. A.**, como segundo outorgante, acordam entre si, por esta forma a Aquisição do Serviço de Seguros, nos termos e condições deste contrato.-----

----- 2ª- Que, pela representada do segundo outorgante foi dito que relativamente ao seguro de ocupantes ramo automóvel, o valor indicado na proposta contempla e garante todas as pessoas transportadas nas viaturas. -----

----- 3ª- Que relativamente ao seguro de ocupantes – ramo automóvel, o capital para a morte e invalidez permanente é de 5.000,00 € e 500,00 € para despesas de tratamento, repatriamento e funeral. -----

----- 4ª- Que, deverão ser emitidas apólices para cada uma das coberturas constantes do Caderno de Encargos. -----

----- 5ª- O presente contrato tem por objetivo a aquisição pelo primeiro outorgante, dos Serviços de Seguros constantes do Caderno de Encargos. -----

----- 6ª- O presente contrato tem início no dia 1 de Janeiro de 2016 e termina em 31 de Dezembro de 2016. -----

----- 7ª- As apólices de seguros a contratar deverão ter a duração de um ano, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos se nenhuma das partes o renunciar num prazo mínimo de 60 dias, até ao limite de 3 anos, cumprindo o disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de janeiro e de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 6.º do Caderno de encargos. -----

----- 8ª- Nos termos do número dois do artigo oitenta e oito do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro é dispensada a apresentação da caução. -----

----- Em tudo o que não ficar especificado no presente contrato, se aplicará a legislação em vigor, Caderno de Encargos e Proposta. -----

----- Pelos outorgantes foi dito que, na qualidade em que outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir este contrato, com todas as cláusulas e obrigações, constante do Caderno de Encargos.

----- Foram-me apresentados pelo segundo outorgante e junto ao presente instrumento jurídico, os seguintes documentos: - Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social emitida em _____ de _____ de 2015 e certidão dos Serviços de Finanças emitida

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 15 de dezembro de 2015



em _____ de _____ de 2015, comprovativas de possuir a sua situação regularizada perante aquelas Instituições. -----

----- O presente contrato foi lido em voz alta, na presença simultânea dos outorgantes e explicado o seu conteúdo e efeitos, na forma legal, e vai ser assinado pelos mesmos outorgantes pela ordem que foram mencionados. -----

----- 1º Outorgante: _____

----- 2º Outorgante: _____

----- O Oficial Público: _____

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, a minuta do contrato pra a Aquisição de Serviço de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião, com os votos contra das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, com os fundamentos contantes da declaração de voto do ponto anterior.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 27 de novembro a 10 de dezembro de 2015

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 27 de novembro a 10 de dezembro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 15 de dezembro de 2015



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	10/12/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)		8 920 631,78
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	4 753 266,83	
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	4 167 364,95	
			(*) Compromissos	10 153 268,45	
Receitas Orçamentais		8 821 674,61	Operações de tesouraria		534 232,00
Correntes	5 474 069,78		Saldo para o dia seguinte:		524 137,49
Capital	3 347 604,83		Execução orçamental	522 520,63	
Operações de tesouraria		509 783,40	Operações de tesouraria	1 616,86	
Total		9 961 001,27	Total		9 979 001,27

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.**-----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA
Escola Básica de Santa Marta de Penaguião
Revisão de Preços Definitiva

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **“ENQUADRAMENTO** -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, datada de 19 de Novembro, de 2013, foi autorizada a adjudicação da Empreitada “Escola Básica de Santa Marta de Penaguião” à empresa EUSÉBIOS & FILHOS, S.A. pelo valor de 2.887.097,94 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Na sequência da deliberação infra celebrou-se o contrato n.º 17/2014, datado de 7 de Maio, de 2014, com um prazo de 18 meses. -----

----- Sob pena do Município perder o financiamento por parte do ON2, relativo à operação com o Código NORTE-10-0144-FEDER-000472, designada por EB 2 3 de Santa Marta de Penaguião foi necessário proceder a uma modificação objetiva do contrato da empreitada “Escola Básica de



Santa Marta de Penaguião", outorgado em 7 de Maio de 2014, no que respeita ao prazo de execução, que foi objeto de alteração mediante a redução do prazo de 18 meses para 11 meses meio. -----

---- Em Reunião de Câmara de 17 de junho, de 2014, foi autorizada nos termos do disposto no artigo 319.º, n. 1 do CCP a cessão da posição contratual que a EUSÉBIOS & FILHOS, S.A. disponha no Contrato de empreitada da "Escola Básica de Santa Marta de Penaguião" celebrado em 7 de Maio, de 2014, funcionando enquanto cessionário a sociedade ALBERTO COUTO ALVES, S.A pessoa coletiva n.º 501 312 412, com sede no lugar do Rio, freguesia do Vale, concelho de Vila Nova de Famalicão. A cessão da posição contratual foi outorgada em 18 de junho, de 2014. -----

---- **ENQUADRAMENTO LEGAL** -----

---- O preço da empreitada de obras públicas, por força do disposto n.º 382.º do Código dos Contratos Públicos, aplicável à presente empreitada, deve ser obrigatoriamente objeto de revisão, nos termos das cláusulas inseridas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais, previstos na Lei especial aplicável. -----

---- No âmbito das competências da Divisão Técnica de Planeamento e Gestão Urbana e nos termos das cláusulas aplicáveis ao contrato celebrado pelo adjudicatário, os serviços técnicos procederam, à análise do cálculo da revisão de preços definitiva da referida empreitada, apresentada pelo empreiteiro em 12 de novembro, de 2015. -----

---- A fórmula de Revisão de Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, é a constante na cláusula 37.ª "Revisão de Preços" do Caderno de Encargos. -----

---- A Revisão de preços definitiva apresentada, cujo, valor é zero euros mereceu a aprovação dos serviços técnicos, em anexo a informação CO 0017-15, datada de 13 de novembro, do corrente ano. -----

---- **PROPOSTA DE DECISÃO** -----

---- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar a Revisão de Preços Definitiva, referente à empreitada "Escola Básica de Santa Marta de Penaguião", cujo, valor é zero euros (0€)." -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a revisão de preços definitiva, nos termos da informação dos serviços.** -----



DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Cultura

**Agrupamento 687 de Fontes do Corpo Nacional de
Escuteiros – Atribuição de Subsídio**

----- 7 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Os grupos culturais, recreativos e desportivos, transformaram-se nuns autênticos parceiros nesta "jornada" que é de todos, e que a SANTA MARTA só pretende evidenciar e dignificar. -----

----- Uniram-se num objetivo único de connosco elevar o nosso nome, sem que para tal muito vos tivesse que ser pedido. -----

----- O "Presente" foi sempre escutado, e nunca em momento algum deixaram de nos orgulhar por onde quer que tenham passado. -----

----- A nossa cultura já se transformou num bom investimento, e tudo o que nela se investe tem retorno garantido. Com a garra deles, e o seu espírito de dedicação, provamos todos os dias a vida que este concelho tem e o futuro que o espera - Rico. -----

----- Por isso, se por um lado resolvemos uniformizar o valor atribuído às associações, tendo por base o seu carácter genuíno, por outro, reforçamo-lo com um acréscimo em média de 20% ao valor final. -----

----- Investimos mais nas coletividades de SANTA MARTA, porque as consideramos merecedoras do nosso reconhecimento. -----

----- Todas, e por isso estamos em falta com uma que não constava na última listagem de atribuições. -----

----- Pelo exposto, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da atribuição de um subsídio no valor de 550€ ao Agrupamento 687 de Fontes do Corpo Nacional de Escuteiros.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 550,00€ (quinhentos e cinquenta euros).** -----



**Grupo Cultural “Os Medroenses” – Pedido de
Comparticipação Financeira**

----- 8 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural “Os Medroenses”, no qual solicita ao abrigo da Nona Cláusula do Contrato de Comodato celebrado entre o Município e o Grupo Cultural no dia 3 de janeiro de 2014, autorização para a realização das obras de construção de duas casas de banho no edifício da Escola Primária da Freguesia de Medrões o qual lhe foi cedido em regime de Comodato. -----

----- Solicita ainda aquele Grupo Cultural que no caso da Câmara Municipal lhe autorizar a realização das referidas obras, lhe seja atribuída uma participação financeira, para custear as mesmas as quais se estimam ser no valor de 6.700,00€. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das obras e atribuir uma participação financeira no valor de 6.700,00€ (seis mil e setecentos euros).** -----

Serviços do Desporto

Criação de Clube de Competição de Natação

– Protocolo de Colaboração

----- 9 – Presente à reunião para conhecimento, informação da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a prática desportiva é um direito fundamental dos cidadãos reconhecida na constituição da República Portuguesa; -----

----- Considerando que a prática de atividades físicas e desportivas, nomeadamente as atividades aquáticas, são perspectivadas como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social do cidadão, independentemente da idade, sexo, condição social, religião e habilitações académicas. -----



----- Considerando que a prática da natação é indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade e constitui um importante fator de equilíbrio e bem-estar dos cidadãos e o consequente desenvolvimento desportivo do Concelho, em termos de mais-valias. -----

----- Considerando os benefícios de ordem física decorrentes da repetição de vários gestos atléticos, tanto na reação como no rigor das atitudes de todos os jovens que a praticam. -----

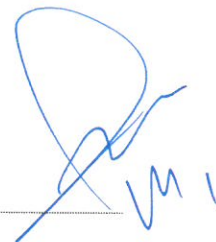
----- Atendendo a que esse fator obriga todos os agentes envolvidos no fenómeno desportivo e na área da formação a esforços de otimização e eficácia permanentes, dos meios e formas da atividade física. -----

----- Assumindo que o aproveitamento integral de tais esforços radica na conjugação das funções e no clima de confiança recíproca entre as instituições que organizam, promovem e apoiam as atividades desportivas. -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião e a Associação Regional de Natação do Nordeste, em parceria estão a desenvolver um projeto de natação/competição, com uma turma que já conta com 14 elementos. Esta turma tem como principal objetivo a realização de um plano de fomento e desenvolvimento da natação no concelho de Santa Marta de Penaguião, que contribuam para uma melhor qualidade de vida da população, no entanto, e por forma a mantê-la, foi necessário inscrevê-la como clube de competição. Este é uma designação que não consta das competências de um município, portanto e à semelhança do que se faz noutras autarquias, elegemos uma associação para albergar este projeto e “emprestar” o seu nome. O CCD dos Trabalhadores do Município é portanto o detentor da patente da turma de competição da escola de natação de Santa Marta, sendo certo que ao Município competirá o assumir das despesas, mediante a celebração do correspondente protocolo de colaboração e a transferência da componente financeira. -----

----- Face ao exposto leva-se esta situação ao conhecimento do Executivo Municipal.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



II Edição do KM VERTICAL – Atribuição de Prémios

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião realizou, no passado dia 15 de novembro, uma atividade de âmbito desportivo denominada de “Km Vertical”, com início em Fornelos e destino à Serra do Marão, que contou com a participação de 136 atletas. -----

----- Uma atividade cheia de potencial que já vai na sua II Edição e não obstante algumas lacunas, será certamente para continuar. -----

----- Tendo a prova decorrido normalmente, bem como todas as ações que lhe eram inerentes, não foi de imediato detetável a ausência da transferência para a Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada do valor dos prémios monetários a atribuir anteriormente acordados em reunião com aquela entidade do dia 20 de Outubro. -----

----- Os mesmos deveriam ter sido apresentados à reunião do executivo, e não tendo sido, submete-se à consideração do mesmo, a fim de deliberar autorizar a referida transferência para aquela Federação, sendo que o valor a transferir é de **2.600,00€**.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas no valor de 2.600,00€ (dois mil e seiscientos) a transferir para a Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada.** -----

Serviços da Ação Social

A UDIPSS – União Distrital das Instituições

Particulares Solidariedade Social de Vila Real

----- 11 – Presente à reunião carta da UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares Solidariedade Social de Vila Real, dando conhecimento, do aluguer da arca frigorífica pressupondo o acondicionamento dos géneros (frutas e legumes) obtidos pra distribuição pelo período de 6 meses, cujas despesas para este Município estimam ser de 990,00€.-----



----- Neste sentido solicitam à Camara Municipal, uma comparticipação financeira para ajudar a custear as referidas despesas. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas no valor de 990,00 (novecentos e noventa euros), a transferir para a UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares Solidariedade Social de Vila Real.** -----

Contratos Inclusivos com a Associação 2000

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Silvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Somos uma Câmara Municipal inclusiva, aceitamos no nosso seio, jovens e adultos que sendo em tudo iguais a nós, detêm alguma incapacidade que os constrange no mundo/mercado do trabalho. -----

----- Acreditamos que todos têm algo de bom para dar. E na sua diferença, marcam a diferença na nossa gestão e no mundo dos colegas. -----

----- Não menosprezando ou ignorando as limitações de ninguém entendemos que estas pessoas consideradas menos capazes, trazem numerosas vantagens a qualquer organização e não abandonamos a vontade nem o desígnio de os ter. -----

----- Por isso já temos três jovens a trabalhar connosco. Do concelho, e oriundos da entidade com quem detemos estas parcerias, a A2000, que é também a entidade que aqui mais atua nesta área. Sendo que um dos jovens auferir de 150€ mensais de compensação, propõe-se ao Executivo Municipal que aprove a realização da correspondente despesa, bem como a sua transferência para aquela Associação.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização das despesas no valor de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), a transferir para a Associação 2000, nos termos da proposta.** -----



Grupo de Jovens de São João de Lobrigos RS (Raios de Sol) – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 13 – Presente à reunião ofício do Grupo de Jovens de São João de Lobrigos RS (Raios de Sol), registado sob o n.º 2816, de 11 de dezembro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O Grupo de Jovens de São João de Lobrigos RS (Raios de Sol) vem por este meio expor a V. Ex.^a o seguinte: -----

----- Como é do conhecimento de V. Ex.^a, efetuamos recentemente a inauguração da nossa sede, tendo estes trabalhos ultrapassado os valores inicialmente estimados, dado o estado de degradação que se encontrava o edifício. -----

----- Assim sendo, apelamos a V. Ex.^a a atribuição de uma verba adicional afim de concluir as obras de restauro com o intuito de dotar este nossos espaço de melhores condições de isolamento térmico e conforto.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00€ (dois mil euros).** -----

Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 14 – Presente à reunião ofício da Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 2824, de 11 de dezembro do corrente ano, com o seguinte teor: --

----- “A Direção desta Associação Humanitária tem vindo a empenhar-se e a canalizar esforços no sentido de satisfazer algumas das necessidades que se vão fazendo sentir na prossecução da missão a que nos propusemos.-----

----- É certo, que estamos a atravessar um período económico bastante conturbado e desfavorável a determinados investimentos, não obstante, existem atividades que jamais poderão ser descuradas, nomeadamente a área da saúde.-----



----- O transporte de doentes representa uma das nossas missões, e é também a que mais tem suscitado a nossa preocupação, pois as solicitações têm vindo a aumentar e algumas das nossas viaturas já apresentam fortes indicadores de desgaste.-----

----- É no sentido de aumentar e melhorar a nossa capacidade de resposta, que decidimos adquirir uma viatura ambulância para transporte de doentes não urgentes – tipo ABTD.-----

----- Face ao exposto, vimos junto de V. Ex.^a solicitar a doação de um subsídio, para que em conjunto possamos adquirir a referida viatura e dessa forma servir melhor uma população que conta com todos nós.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 20.000,00€ (vinte mil euros).** -----

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Cumieira

– Atribuição de Comparticipação Financeira

----- 15 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta que no decorrer do presente ano a Fábrica da Igreja da Cumieira levou a efeito obras de restauro dos altares da Igreja Matriz da Paróquia da Cumieira. -----

----- Considerado o elevado custo das obras de restauro, devido essencialmente à sua especificidade, proponho que a Câmara Municipal atribua à Fábrica da Igreja da Cumieira um subsídio para comparticipação nas despesas realizadas.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00€ (dez mil euros).** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 26 de 15 de dezembro de 2015

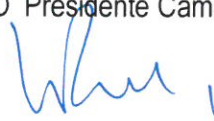
----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)